

Desenvolvimento regional em Santa Catarina: uma interpretação alternativa

Alcides Goularti Filho¹

Este texto é um ensaio inicial para nos ajudar a pensar uma abordagem alternativa às pesquisas acerca da economia regional. Diante da avalanche dos estudos regionais com base nas abordagens neoschumpeteriana e neoinstitucionalista, creio que ainda é possível pensar (ou retomar) os estudos sobre economia regional com base no pensamento crítico e heterodoxo (Marx, Kalecki, Keynes e Schumpeter). Afinal, o desenvolvimento de uma região não está pautado tão somente na inovação tecnológica e nos arranjos institucionais.

a) Especialização, diversificação e integração

Especialização regional é caracterizada pela forte presença de um mesmo setor industrial numa base territorial microrregional. A presença deste setor na microrregião tem a ver com a formação econômica local e a forma como ele foi se consolidando e se inserindo no mercado, assumindo o comando do processo de acumulação capitalista. O setor líder é formado por poucas e grandes empresas com capacidade de comando e alavancagem em dinamizar e atrair novos investimentos ou por várias médias e pequenas empresas, que, no conjunto, têm a mesma capacidade de comando e alavancagem.

Integração econômica pode ser comercial ou produtiva. Do ponto de vista exógeno, a integração comercial é quando o setor líder na microrregião está inserido no mercado regional, nacional e internacional. A presença nestes três mercados pode ser por meio de representação comercial (representantes ou autorizados) ou por base comercial (filial própria). Além disso, a integração comercial pode ser entendida como a relação que o setor líder tem com outras regiões por meio da compra de peças, equipamentos e matérias-primas. A integração se dá também com a instalação de unidades produtivas das empresas do setor líder em outras microrregiões, integrando a produção numa base territorial mais ampla. Do ponto de vista endógeno, a integração comercial é quando os fornecedores estão instalados com base

¹ Doutor em Economia pela Unicamp e professor da Unesc

comercial na microrregião especializada atendendo o setor líder. A integração produtiva é quando os fornecedores instalam suas fábricas na microrregião ou quando empresários locais começam a atender as demandas do setor líder. Com isso, surge na microrregião uma série de empresas integradas ao setor líder num tipo de rede de prestadores de serviços ou de fornecedores.

Diversificação produtiva é quando o setor líder deixa de comandar isoladamente o processo de acumulação e começa a dividir com outros setores. O surgimento dos novos setores está relacionado com a formação econômica regional ou com o desdobramento da acumulação promovida pelo setor líder. Desse desdobramento surgem empresas que, inicialmente, são apenas fornecedores de peças, equipamentos e matérias-primas para o setor líder, mas que ganham autonomia e passam a atender outros setores de outras regiões, integrando-se no mercado nacional e até internacional.

A diversificação geralmente começa com micro e pequenas empresas que se consolidam e tornam-se empresas expressivas. Também pode ocorrer com a vinda de empresas de fora (nacional ou multinacional) que se instalam na microrregião em busca de reservas naturais, custos menores ou benefícios fiscais. A instalação desta nova empresa pode ocasionar efeitos positivos como a abertura de novas empresas ou estimulando as empresas já instaladas na microrregião a atenderem a nova fábrica, aumentando a produção ou mudando o processo produtivo para se adaptar às novas demandas.

Especialização regional, integração econômica e diversificação produtiva são três movimentos que sintetizam a **divisão regional do trabalho** e a ampliação da **divisão social do trabalho** dentro da **reprodução ampliada do capital**.

b) Centralização e descentralização

Com relação à política de centralização e descentralização das tomadas de decisões para promover o desenvolvimento regional, ao longo da história brasileira ela assumiu formas diferenciadas em diversos momentos. Durante o Império as disputas entre liberais e conservadores ficavam em torno da autonomia das províncias *versus* fortalecimento do poder moderador. Os liberais defendiam mais autonomia para as províncias e os conservadores o fortalecimento do poder nas mãos do Imperador. Durante a Primeira República, predominou o federalismo liberal e os Estados passaram a ter mais autonomia, inclusive com a criação de partidos regionais. Getúlio Vargas inaugurou uma nova fase, com a crescente centralização e

ampliação das ações do Estado e a instrumentalização das políticas públicas. Esta política estava pautada no fortalecimento do Estado-Nação e seguiu uma trajetória de crescimento até o final dos anos de 1970.

Com o endividamento externo, a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro nos anos de 80 e o enfraquecimento na capacidade de financiamento, o ritmo de crescimento da economia brasileira foi sensivelmente reduzido. Nos anos de 1990, inauguramos uma nova fase, com a implantação do projeto neoliberal, que reduziu a capacidade de comando do Estado em promover e coordenar o crescimento econômico. Com isso, o ritmo de crescimento da economia foi drasticamente reduzido, saindo do patamar histórico de 7,5% ao ano no longo período de 1930 a 1980, para 2,0% nos últimos 25 anos.

Do ponto de vista regional, a partir de 1930, podemos observar dois movimentos. O primeiro de 1930 a 1990, quando predominou a centralização das ações na mão do Estado e os agentes locais pouco decidiam sobre os rumos econômicos e sociais da sua região. Nos anos de 1980, temos uma fase de transição, quando o Estado foi eleito o anátema da crise, dando abertura para surgir movimentos em defesa do municipalismo. E o segundo, nos anos de 1990, com o advento do neoliberalismo, o Estado delegou aos agentes locais grande parte das políticas de desenvolvimento e iniciou uma “guerra fraticida” entre unidades federativas e municípios, principalmente pela instalação de novas indústrias, dado o aumento exponencial do desemprego. Os dois movimentos devem ser repensados, pois ambos têm avanços e recuos. Não podemos deixar somente a cargo do Estado centralizado decidir sobre os rumos das diversas regiões, ao mesmo tempo seria ilusório pensar que uma região sozinha possa alcançar o desenvolvimento.

Devemos buscar a síntese destes dois movimentos, ou seja, uma política nacional regionalizada. O objetivo de todos deve ser inicialmente o desenvolvimento nacional, pois não teremos região desenvolvida num país subdesenvolvido. Ao mesmo tempo devemos estar em harmonia com as políticas de desenvolvimento local e regional e com os objetivos nacionais. Para pensarmos o desenvolvimento regional devemos ter em mente alguns critérios básicos:

- a) o grau de enraizamento das unidades econômicas e das organizações e movimentos sociais presentes na região;
- b) o encadeamento acionado por estas unidades, organizações e movimentos;
- c) a capacidade de comando exercida pelos agentes locais;
- d) as especificidades que diferenciam a região.

c) Nacional e local

Nas últimas duas décadas, nas áreas de economia regional e economia da tecnologia vem surgindo uma série de análises recortadas que buscam a explicação do bom desempenho econômico de uma região ou microrregião com base nas suas peculiaridades internas próprias. Estas análises destacam as vantagens competitivas locais, a flexibilidade especializada, o aprendizado tecnológico localizado e a sinergia que gira na região, ou na microrregião, entre empresas e instituições.

Dentro das abordagens dos sistemas industriais localizados, há vários modelos dispersos pelo país: a indústria calçadista em Novo Hamburgo (RS), a indústria do vestuário em Americana (SP), o setor de rochas ornamentais em Cachoeiro de Itapemirim (ES), a plantação frutas tropicais no Nordeste e inúmeros outros. O modelo estaria na eficiência coletiva gerada pelos “atores locais” e na capacidade de inovar tecnologicamente.

As abordagens localizadas vêm a economia nacional ou estadual como uma enorme “colcha de retalhos” ou um mosaico e o espaço como um palco. Seria importante lembrar que as categorias distritos industriais, sistemas localizados, arranjos locais e poder local não podem ser aplicadas à industrialização nacional. O que dizer do norte de Minas Gerais, do norte do Espírito Santo, do norte de Tocantins, do sul da Bahia, do centro-sul de Rio Grande do Norte e dos pampas gaúchos? São regiões que não apresentam nenhuma característica traçada pelas abordagens localistas de eficiência coletiva ou produção flexível.

Em Santa Catarina esta metodologia talvez seja possível ser aplicada porque o Estado apresenta uma distribuição industrial espraiada beneficiando todas as mesorregiões, em que cada região tem um setor de destaque nacional e, às vezes, internacional. A ênfase ao poder das instituições locais subestima os aspectos do desenvolvimento regional brasileiro das últimas décadas. Com o desmonte do Estado nacional enquanto coordenador do desenvolvimento econômico cresceram as propostas localizadas de política industrial. As instituições locais passam a coordenar fóruns de desenvolvimento local com intuito de gerar uma “sinergia” que promova o desenvolvimento regional. Muitas vezes estes agentes locais esquecem que somente com o desenvolvimento nacional é que os problemas regionais, em parte, poderão ser solucionados. O problema das desigualdades sociais é nacional, ou melhor, é intrínseco ao capitalismo.

O objetivo é o desenvolvimento nacional articulado regionalmente. Não podemos cair no reducionismo do local pelo local. O local pelo local é incapaz de sozinho formular políticas que gerem o desenvolvimento sócio-econômico. É função do Estado-Nação formular políticas de desenvolvimento que sejam integradas regionalmente. Advogar a favor apenas do desenvolvimento local é fortalecer a fragmentação da Nação e, por extensão, o discurso de que o mercado é a verdadeira instituição gerenciadora da sociedade. As instituições locais, ao mesmo tempo que buscam propostas e soluções para os problemas locais, não podem perder a dimensão nacional. A capacidade que as regiões têm de formular políticas para solucionar seus problemas sociais, econômicos e ambientais será sempre limitada enquanto não for pensada uma política de desenvolvimento nacional. O crescimento regional desarticulado tem fôlego curto, a capacidade de expansão, em boa medida, é dado pela economia nacional. Para solucionar o problema do desemprego necessariamente deverá ser retomado o crescimento em âmbito nacional. As políticas monetárias, fiscais, cambiais e alfandegárias dependem essencialmente do governo federal e qualquer alteração numa destas políticas tem repercussão nacional.

Sempre devemos pensar a região de forma multidimensional, cruzando com a história, com as políticas macroeconômicas e com as esferas sociais, políticas e culturais e entender o espaço como uma instância social. Dentro dos estudos da economia regional, o modismo teórico insiste em recortes a-históricos e descontextualizados que leva a um reducionismo localista. A especialização regional passou a ser pólo, os pólos transformaram-se em *cluster* e os *clusters* em arranjos. É um caminho que parte do todo articulado para a parte fora do lugar.

d) Formações microrregionias em Santa Catarina

Uma das características que marca a economia de Santa Catarina é a especialização regional, sendo que cada microrregião é especializada num determinado segmento da indústria, com uma forte inserção nacional e internacional, e, em muitos casos, líder na produção nacional. No entanto, se observarmos mais de perto a dinâmica dessas economias microrregionais e das suas cidades-pólo, é possível verificar que muitas partiram para um processo de diversificação produtiva, reduzindo o efeito do setor líder em multiplicar os investimentos e a renda. Ao mesmo tempo, há casos de cidades-pólo que permaneceram dependentes do setor líder e atravessam períodos de crise e regressão nos momentos de revés de acumulação do setor líder.

Vejamos o desempenho das microrregiões de Santa Catarina dentro da perspectiva da divisão regional do trabalho a partir da especialização regional, da diversificação produtiva e da integração econômica.

Na região de Lages, a indústria madeireira foi e continua sendo basicamente a maior fonte geradora de renda e investimentos. A diversificação feita para a indústria de papel e celulose ocorreu ainda nos anos de 1950 e 1960, destacando-se apenas os investimentos da Olinkraft (Igaras) e da Papel e Celulose Catarinense (Klabin), ambas de capital de fora. Aliás, a grande maioria dos investimentos feitos na indústria madeireira, a partir da segunda metade dos anos 40, foi de empresários oriundos do Rio Grande do Sul. Com o esgotamento das reservas de araucária, a região serrana entrou num longo período de regressão econômica justamente nos anos em que a economia catarinense mais crescia. Somente nos anos 1990, com o corte do *pinus* replantado, foi que a indústria madeireira voltou a ser aquecida. A pequena indústria metalúrgica e a de móveis são incapazes de engendrar um movimento pró-diversificação mais autônomo em relação à madeira.

Ao contrário de Lages, a cidade de Caçador partiu para uma diversificação dentro do próprio setor madeireiro, com investimentos no setor de papel e celulose, compensado, aberturas, laminados e painéis. Além disso, a proximidade de Caçador com o dinâmico complexo agroindustrial de frutas, principalmente o de maçã, em Fraiburgo, e da Perdigão, em Videira, ameniza a dependência regional da renda proveniente apenas do setor madeireiro. Com o fechamento da Sulca S.A. em 1991, uma das maiores exportadoras de calçados do país, dispensando mais de 1.800 funcionários, o setor de couro e calçados sofreu uma forte redução; mesmo assim, continua representativo com inúmeros pequenos ateliês ligados à Curtume Viposa. Na cidade de Caçador, a indústria de matérias plásticas e a pequena indústria do vestuário vêm contribuindo para promover uma iniciante diversificação, que tem uma importância local.

Mesmo com o dinamismo do complexo agroindustrial, que engloba o oeste catarinense, vejamos os processos de diversificação em Chapecó e Joaçaba. Em Chapecó, praticamente não ocorreu a diversificação necessária para mitigar a dependência em relação à indústria alimentar. Tanto que, com a quase falência do Frigorífico Chapecó e a demissão de mais de 2.500 funcionários e dispensa de mais de 1.500 integrados na suinocultura, os efeitos sobre a economia local foram danosos. O setor metalúrgico que atende os frigoríficos é incapaz de promover uma diversificação produtiva mais autônoma. As fábricas de câmaras frigoríficas e de equipamentos para a criação de aves e suínos se reduzem a pequenas e

algumas médias unidades, que têm no máximo 50 funcionários. Esse é um setor que vem se expandindo rapidamente, abrindo possibilidades de novos e alternativos investimentos, porém fortemente ligados aos frigoríficos. A saída seria atender outros setores mais dinâmicos fora de Chapecó e reduzir a dependência em relação aos frigoríficos locais. A pequena indústria moveleira dá seus primeiros passos e restringe-se aos bairros próximos ao centro. O mesmo ocorre com a pequena indústria do vestuário.

Em Joaçaba, ocorreu um processo de diversificação, mesmo fazendo parte de uma região onde predomina o complexo agroindustrial. O setor metal-mecânico, na fabricação de máquinas e equipamentos agrícolas, teve origem ainda nos anos de 1930 e 1940, quando atendia aos moinhos locais e às pequenas propriedades, que aos poucos iam sendo mecanizadas. Atualmente, a indústria metal-mecânica atende o complexo agroindustrial de todo oeste do Estado e a pequena agricultura familiar local. A indústria madeireira e de papel e celulose também faz parte dessa diversificação. A diversificação de Joaçaba também tem uma abrangência apenas local, reduzindo a dependência em relação ao setor madeireiro.

Apesar da retração produtiva ocorrida nos anos 90, na indústria têxtil, em Blumenau, a diversificação para o setor eletro-metal-mecânico, concentrado em empresas de médio porte, e, sobretudo, para o setor de informática, na criação de novos *softwares* por um universo de pequenas e micros empresas, responsáveis pela geração de mais de 4.000 empregos diretos, não fez reduzir a importância do complexo têxtil-vestuário, que ainda movimenta 60,0% da economia regional. Brusque ampliou a renda, mas dentro do próprio setor, transformando a cidade num grande centro de compras do vestuário direto de fábrica.

A indústria eletro-metal-mecânica, têxtil-vestuário e de alimentos adentram em todo Vale do Itajaí, indo desde Rio do Sul até Brusque. No Alto Vale, destaca-se Rio do Sul, que inicialmente era um produtor e um entreposto da indústria madeireira de todo Alto Vale e parte do planalto (além do pinho, também eram cortados a imbuia e a canela), uma vez que a Estrada de Ferro Santa Catarina passava por Rio do Sul, além de ser grande produtor de fécula de mandioca, banha de porco, queijo e outros produtos alimentares. Neste entremedio, desenvolviam-se pequenas metalúrgicas, como a Metalúrgica Riosulense, e de alimentos, como a Pamplona e outras cooperativas. Com a desativação da ferrovia a economia de Rio do Sul começou a se pautar na indústria metal-mecânica, de equipamentos eletrônicos (com destaque para a Frahm) e de alimentos, em seguida, na indústria do vestuário, esta última devido à expansão das indústrias da região de Blumenau. Mais próximo de Blumenau, outro destaque é o município de Timbó, cuja economia está pautada em empresas de porte médio

com longa tradição na cidade, incluindo empresas centenárias, e na expansão da indústria têxtil-vestuário de Blumenau. Ainda no Vale do Itajaí, se destaca o município de Indaial, que também apresenta uma indústria metal-mecânica expressiva como a fábrica de eletrodomésticos populares Wanke, a Metalúrgica Fey e a Máquinas Ideal. Indaial é sede de unidades da Hering, da Teka, da Inpal Química (com matriz no Rio de Janeiro) e da multinacional Albany.

Em São Bento do Sul, a diversificação se deu dentro do próprio setor moveleiro, com o surgimento de fábricas de pequeno e médio porte de ferragens, produtos químicos (tinta, verniz, cola), estofados, máquinas e equipamento, que abastecem principalmente a indústria moveleira regional. A indústria de cerâmica de mesa (louças) também é forte na região, com destaque para a Oxford de São Bento do Sul e a Ceramarte de Rio Negrinho, e estende até Pomerode, com a Porcelana Schmidt. Estas três cerâmicas estão entre as maiores do país e têm uma participação consolidada no mercado nacional e internacional. Também se destaca em São Bento do Sul a Indústria Augusto Klimmek, fabricante das escovas e pincéis da marca Condor, uma das maiores do Brasil.

A economia de Joinville, a maior do Estado, desde a sua origem, é diversificada no setor de metal-mecânico e têxtil e a partir dos anos de 1960 entrou no segmento de matérias plásticas. A cidade é sede de grandes empresas com forte inserção nacional e internacional. Mesmo com o encolhimento da indústria têxtil, o setor ainda é responsável por 16,0% da indústria local. A indústria plástica de Joinville tem uma integração nacional, com a presença da Tigre, Akros e Cipla (HBI). Recentemente, a indústria de informática vem ganhando espaço na economia local, com destaque para a Datasul, a maior empresa brasileira na área de *software* de pesquisa e planejamento empresarial.

A forte diversificação, em Jaraguá do Sul, tem base na sua formação sócio-espacial com a presença da pequena produção mercantil, que se metamorfoseou para o pequeno e médio capital industrial, principalmente em três setores: metal-mecânico, alimentos industrializados e têxtil-vestuário. Em meados dos anos de 1960, no setor metal-mecânico destacavam-se a Kohlbach, a WEG, a Wiest, a Erwine Menegott e a Famac, todas empresas de pequeno porte. No setor têxtil a Marisol e a Malwee ainda eram microempresas, destacando-se apenas a Marcato Fábrica de Chapéu, que tinha uma filial em Joinville, e a Malhas Marquardt. No setor de alimentos, inicialmente destacavam-se alguns pequenos frigoríficos e usinas de leite. No início dos anos de 1990, os três setores estavam apoiados em grandes empresas com inserção internacional, dentro do complexo eletro-metal-mecânico

com a WEG, a Kohlbach e a Wiest; no têxtil-vestuário com a Malwee e Marisol; no de alimentos com a Duas Rodas, na produção de corantes, emulsificantes e estabilizantes para sorvetes. Em resumo, a diversificação em Jaraguá foi comandada por grandes empresas de origem local e de setores diferentes com inserção nacional e internacional. A proximidade com Joinville e Blumenau foi fundamental para a economia de Jaraguá do Sul nos ramos eletro-metal-mecânico e têxtil-vestuário.

Mesmo sendo o segundo município em número de habitantes do sul catarinense, a cidade de Tubarão apresenta um baixo desempenho industrial. Fundada em 1836, a vila de Tubarão não atraiu colonos na época da grande imigração; a cidade sempre serviu mais como um entreposto comercial das mercadorias provenientes das colônias mais ao sul e do planalto serrano em direção a Laguna. Quando as atividades carboníferas iniciaram concentravam-se mais em Criciúma, Urussanga e Lauro Müller. Nas décadas de 30, 40 e 50 houve uma grande migração de mão-de-obra de Tubarão em direção às minas de carvão. Além do Lavador e da SOTELCA, também se localizavam em Tubarão o escritório central da EFDTC (desde 1906) e um entreposto de beneficiamento de fumo da Souza Cruz (construído em 1956). Estes três empreendimentos estatais e a Souza Cruz, constituíram-se na base econômica e os maiores indutores da renda em Tubarão até recentemente. O baixo desempenho dos pequenos proprietários locais e a forte dependência dos empreendimentos estatais não permitiram que o capital mercantil metamorfoseasse para o industrial, engendrando uma nova dinâmica regional. Mesmo sendo sede da oficina da EFDTC, as pequenas ferrarias e funilarias que prestavam algum tipo de serviço para a ferrovia não se tornaram empresas de porte considerável para formar um pequeno parque metal-mecânico na cidade. Nem mesmo as empreiteiras contratadas pela ELETROSUL tinham sede em Tubarão. Ou seja, havia comando, mas não havia dinamismo no pequeno capital industrial local. As raízes do atraso industrial de Tubarão residem na sua formação sócio-espacial: uma fraca divisão social do trabalho e uma acumulação mercantil lenta e pulverizada. Esta formação é uma extensão da formação de Laguna.

O fechamento do Lavador de Capivari e da Souza Cruz, a privatização da EFDTC e a venda da Usina Termoelétrica Jorge Lacerda fizeram a cidade entrar numa estagnação econômica nos anos 90; ao contrário de Criciúma que, nessa mesma época, aprofundou a diversificação industrial. As atividades industriais mais dinâmicas que existem atualmente em Tubarão são decorrentes da expansão industrial de Criciúma, como, por exemplo, a indústria cerâmica (Itagres e Incocesa – sendo esta última de propriedade do Grupo Cecrisa, com sede

em Criciúma) e a do vestuário. Recentemente, a expansão da rizicultura vem substituindo, em parte, a condução da renda, antes gerada pelos investimentos estatais, com a formação de um incipiente complexo agroindustrial do arroz.

Entre as recentes diversificações microrregionais em Santa Catarina a mais dinâmica foi engendrada na região de Criciúma, nos anos de 1970 e 1980. O setor carbonífero cedeu espaço para a indústria de revestimentos cerâmicos, de plásticos e descartáveis, do vestuário, de calçados e metal-mecânica. Até meados dos anos 1970, o maior indutor da renda regional era o carvão, que em seguida passou a dividir espaço com a indústria de azulejo e do vestuário. Nos anos de 1980, a indústria cerâmica já estava consolidada e com uma forte integração produtiva nacional. O mesmo ocorreu com o vestuário, plásticos e calçados. Os quatro setores dinamizaram toda a região e colocaram o setor carbonífero em quarto lugar na geração de emprego. Com a desvalorização cambial, as indústrias de calçados de Sombrio, Araranguá, Criciúma e Nova Veneza quase se extinguiram; empresas como a Calçados Terre Calçados, que em 1994 tinha quase 900 funcionários, decretou falência no ano seguinte. Com a correção do câmbio em janeiro de 1999, o setor vem apresentando uma lenta recuperação.

Uma nova indústria que vem rapidamente se formando e consolidando é a química. Porém, não podemos afirmar que de fato existe um setor químico constituído na região de Criciúma. Na verdade, o que se observa na região é a presença de elementos do setor químico que está em formação baseado na indústria de matérias plásticas, compostos cerâmicos, tintas e vernizes. Mesmo num mercado de tintas e vernizes oligopolizado, as marcas sul-catarinenses se impuseram no mercado nacional, concorrendo com as grandes marcas, e abriram bases comerciais em todo território nacional e no Mercosul. Com relação ao número de empregos, ao contrário dos setores carbonífero, cerâmico e calçadista, que sofreram um revés na oferta de emprego nos anos de 1990, por enquanto a indústria de tintas vem apresentando um crescimento constante. Afinal, é uma indústria nova na região e ainda não passou por nenhuma crise localizada e nenhuma reestruturação produtiva mais profunda. Pelo contrário, a cada ano que passa as marcas sul-catarinenses conquistam mais o mercado nacional e ampliam a sua capacidade produtiva, tendo como resultado a abertura de novos postos de trabalho.

As atividades carboníferas nunca fizeram parte da vida material e econômica do Vale do Araranguá. Nos anos de 1950, surgiu em Araranguá e Sombrio as primeiras indústrias de calçados e nos anos de 1970 e 1980 a região consolidou-se como a maior exportadora de calçados de Santa Catarina. Devido à expansão da indústria do vestuário em Criciúma, a partir

da segunda metade dos anos de 1980 Araranguá e Sombrio também começaram a se destacar na confecção do vestuário, fazendo parte da “rota das sacoleiras” por meio de centros comerciais com postos de vendas. Com a crise no setor calçadista pós-1994, a região do Vale do Araranguá foi fortemente atingida. Atualmente, o setor calçadista vem se reestruturando e a indústria do vestuário com base no couro também começa a despontar.

O que se observa é que dentro da especialização econômica microrregional catarinense caminha em paralelo um processo de diversificação e integração das estruturas econômicas. Ao mesmo tempo em que a indústria metal-mecânica está fortemente concentrada no norte do Estado, ela também está espalhada por outras microrregiões como na de Blumenau, Criciúma, Joaçaba, Rio do Sul, Lages, Chapecó e Caçador. O mesmo ocorre com a indústria têxtil-vestuário que está concentrada na região de Blumenau e Brusque e espalhada por toda costa litorânea do Estado. A indústria de matérias plásticas está presente na microrregião de Joinville, Criciúma e Caçador. Os calçados catarinenses são produzidos em Araranguá, São João Batista e Caçador. A indústria de revestimento cerâmico concentra-se principalmente no sul do Estado, porém em Tijucas e Mafra também há presença de cerâmicas que têm importância significativa. Igualmente com a cerâmica vermelha, que está concentrada em Morro da Fumaça, Sangão e Jaguaruna no sul do Estado e na microrregião de Tijucas, principalmente em Canelinha. Na produção de cerâmica de mesa e cristais destacam-se Pomerode, Blumenau, São Bento do Sul e Rio Negrinho. O complexo madeireiro abrange todo planalto catarinense estendendo-se até o meio oeste. Braço do Norte e Orleans, no sul do Estado, também fazem parte deste complexo madeireiro destacando-se nacionalmente na produção de molduras. A indústria de papel e celulose concentra-se no planalto serrano e norte, porém avança para o meio oeste e para o Alto Vale do Itajaí e região de Blumenau. O complexo agroindustrial de carnes começa em São Miguel do Oeste, passa por todas as cidades pólos no oeste catarinense e chega até Lages, Canoinhas, Rio do Sul, Gaspar e Criciúma. Numa análise global, percebe-se que o grosso da produção está concentrado numa região específica, mas há várias unidades produtivas e comerciais localizadas em outras regiões integrando produtiva e comercialmente a economia catarinense. Em resumo, é uma *especialização diversificada e integrada*. Porém, não podemos confundir expansão e consolidação de um setor industrial com a presença e expansão de atividades industriais de forte característica urbana, como a indústria moveleira, metalúrgica, vestuário e alimentos. Estas atividades surgem naturalmente com a expansão urbana e atendem basicamente às demandas doméstica, comercial, agrícola familiar e microindustrial.

Qual o elemento que diferencia a diversificação produtiva, em maior escala em Criciúma, Joinville e Jaraguá, em seguida em Blumenau, e em menor escala em Caçador, Joaçaba e a não-diversificação em Lages e Chapecó? Um indicativo para responder essa questão pode ser buscado na formação sócio-espacial de cada região e na capacidade de comando que as indústrias locais têm em alavancar novos investimentos. Lages teve uma formação baseada na grande propriedade, sem a presença do grande capital de origem local, ao contrário das demais regiões, onde os grandes grupos econômicos de origem local dinamizaram e impulsionaram novos investimentos na região. Ou seja, não houve uma diversificação produtiva em Lages que substituisse a madeira como maior fonte indutora dos investimentos e da renda. A falta de comando de um grande capital de origem local e a formação sócio-espacial, baseada na grande propriedade, pecuarista, impediram que a economia regional buscassem outras fontes de acumulação mais dinâmicas. O comando exercido pela Sincol, Adami e Tedesco e a formação sócio-espacial baseada na pequena propriedade diferenciam a região de Caçador da de Lages, apesar de ambas dependerem da madeira. O mesmo ocorreu em Criciúma, que, a exemplo de Lages, sempre dependeu da extração primitiva de um recurso natural, no entanto isso não impediu que a economia partisse para uma diversificação. Porém, é bom lembrar que a formação sócio-espacial da região de Chapecó pós-1917 também teve como base a pequena propriedade, o que nos leva a concluir que a presença da pequena produção de uma região não explica por completo a diversificação ou não das microrregiões em Santa Catarina.

Referências:

GOULARTI FILHO, Alcides. Uma tipologia dos sistemas industriais de inovação localizados e os estudos em Santa Catarina. **Cadernos de Economia**. Chapecó: Argos, n. 9, julho/dezembro 2001.

_____. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

_____. (org.). **Ensaios sobre a economia sul-catarinense II**. Criciúma: Editora da UNESC, 2005.